



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

135-

ED no MS Nº 0306431-5

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADA: Laudeci Maria da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO AMBRISENTAN (VOLIBRIS) 5 MG. PACIENTE PORTADORA DE HAP - HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR SEVERA (CID I. 27.0) E INSUFICIÊNCIA CARDÍACA GRAVE CLASSE FUNCIONAL IV (CID I 50.0). RESPONSABILIDADE DO ESTADO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÕES. INVIABILIDADE DE REEXAME DA CAUSA. 1. Os artigos 5º, *caput*, e 196, *caput*, da CF/88 foram expressamente enfrentados no acórdão embargado. 2. As alegações de contrariedade aos princípios da separação dos poderes (art. 2º da CF/88), da legalidade e da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CF/88), e bem assim ao inciso XXI do referido artigo (compra de medicação mediante licitação pública) restaram afastadas ao argumento de que a prestação jurisdicional deferida não invade a seara administrativa, eis que *“apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República”*. 3. O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria. 4. De resto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória. 5. Embargos declaratórios improvidos, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração no MS 0306431-5, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 08 de outubro de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

136.

ED no MS Nº 0306431-5  
EMBARGANTE: Estado de Pernambuco  
EMBARGADA: Laudeci Maria da Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de **Embargos de Declaração**, para fins de prequestionamento, interpostos pelo **Estado de Pernambuco** em face de acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 0306431-5, pelo qual se concedeu a segurança, “em ordem a tornar **definitiva** a liminar concedida initio litis, para o fim de determinar à autoridade impetrada que assegure o fornecimento, à impetrante, do medicamento **AMBRISANTAN (VOLIBRIS)** 5 mg, necessário ao seu tratamento, conforme o ‘relatório médico’ (fl.16), a ‘prescrição médica’ (fl.17), e as ‘solicitações médicas’ (fls. 18/19), subscritos pelo Dr. Adriano Assis Mendes (CRM 7857), do PROCAPE – Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco Prof. Luiz Tavares/UPE – Universidade de Pernambuco.”.

A decisão embargada restou assim ementada:

“**EMENTA:** MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO AMBRISANTAN (VOLIBRIS) 5 MG. PACIENTE PORTADORA DE HAP - HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR SEVERA (CID I.27.0) E INSUFICIÊNCIA CARDÍACA GRAVE CLASSE FUNCIONAL IV (CID I 50.0). RESPONSABILIDADE DO ESTADO. 1. De proêmio, afastou-se a alegação de impossibilidade jurídica do pedido, visto que o pleito em apreço (fornecimento de medicamento essencial) vem sendo largamente acolhido pela jurisprudência pátria, tratando-se de matéria já sumulada por este Tribunal. 2. Na seqüência, assinalou-se que o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa, razão pela qual restou indeferida a solicitação da impetrante. 3. A necessidade/eficácia do tratamento solicitado, a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e a impropriedade da política de saúde existente restam evidenciadas pela apreciação do ‘relatório médico’, da ‘prescrição médica’, e das ‘solicitações médicas’ acostados aos autos, subscritos pelo Dr. Adriano Assis Mendes (CRM 7857), do PROCAPE – Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco Prof. Luiz Tavares/UPE – Universidade de Pernambuco, cujos conteúdos não foram contraditados, isto a satisfazer, segundo o entendimento jurisprudencial prevalecente, o requisito da prova pré-constituída. 4. Anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 5. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige a impetrante, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o fornecimento do medicamento pleiteado é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 6. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 7. Segurança concedida, em ordem a tornar definitiva a liminar concedida initio litis, para o fim de determinar à autoridade impetrada que



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

137.

*assegure o fornecimento, à impetrante, do medicamento AMBRISENTAN (VOLIBRIS) 5 mg, necessário ao seu tratamento, conforme o 'relatório médico' (fl.16), a 'prescrição médica' (fl.17), e as 'solicitações médicas' (fls. 18/19), subscritos pelo Dr. Adriano Assis Mendes (CRM 7857), do PROCAPE – Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco Prof. Luiz Tavares/UPE – Universidade de Pernambuco. 8. Via de consequência, declarou-se prejudicado o Agravo Regimental interposto (AgR no MS 0306431-5). 9. Sem honorários, nos termos da Súmula 512 do STF.”.*

Argúi o embargante, em suas razões recursais, que: (i) o acórdão recorrido estaria eivado de omissões, diante do que necessário seria o seu esclarecimento para fins de prequestionamento explícito, possibilitando-se o acesso às instâncias superiores, a teor das súmulas 282 e 356 do STF; e (ii) o acórdão impugnado não teria se manifestado expressamente acerca da aplicação ao caso em tela dos seguintes dispositivos constitucionais: arts. 2º, 5º, *caput*, 37, *caput* e XXI, e 196 da CF/88.

É o essencial a relatar.

As razões dos embargos, em verdade, constituem basicamente a reprodução dos argumentos expendidos no referido Mandado de Segurança (nº 0306431-5), agora com a indicação expressa dos dispositivos constitucionais supostamente violados, em relação aos quais me pronunciarei, em atenção ao pleito de prequestionamento explícito.

No que se refere aos artigos 5º, *caput*, e 196, da CF/88, tenho que os mesmos foram expressamente enfrentados no acórdão ora embargado, que consignara:

*“5. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige a impetrante, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o fornecimento do medicamento pleiteado é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.”.*

As alegações de contrariedade aos princípios da separação dos poderes (art. 2º da CF/88), da legalidade e da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CF/88), e bem assim ao inciso XXI do referido artigo (compra de medicação mediante licitação pública) restaram implicitamente enfrentadas no seguinte trecho do acórdão impugnado:

*“6. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.”.*

O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

138r

De resto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória.

Tenho por inexistentes, pois, as omissões apontadas nos presentes embargos, razão pela qual **nego-lhes provimento**.

Recife, ~~18~~ de outubro de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator